



NOVAS PESQUISAS

# BIOINTERAÇÃO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE, ARACATI/CE

**Ozaias da Silva Rodrigues**

Universidade Federal de Mato Grosso

Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social | Cuiabá, Brasil

ozaiasufc@gmail.com | ORCID iD: 0000-0003-2834-4318



Imagem 1 – Vista das dunas do Cumbe, com parque eólico ao fundo (Ozaias Rodrigues, 2022).



## Introdução

**M**eu interesse em conhecer a comunidade quilombola do Cumbe, no município de Aracati/CE, deu-se a partir da outra comunidade quilombola desse município: Córrego de Ubaranas. Esse interesse em conhecer o Cumbe se deu quando, numa das festas da Consciência Negra de Córrego de Ubaranas, das quais participei ainda na graduação, me informaram que o João do Cumbe estava lá e me apontaram quem era. Ali nasceu o desejo de conhecer essa comunidade quilombola, o qual só foi realizado anos depois, no doutorado. Na entrevista que realizei com João em 2022, no Cumbe, ele começou se apresentando como sendo um homem gay, historiador, defensor dos direitos humanos, militante de vários movimentos sociais e ambientalista. João é um dos líderes quilombolas do Cumbe.

Antes de conhecê-lo pessoalmente, eu estava ansioso por isso, afinal, desde o início de nossas conversas, nosso contato tinha sido apenas virtual. Algo importante de se atentar é que João e Cleomar<sup>1</sup>, outra importante liderança quilombola, se definem como ambientalistas em suas entrevistas e falas públicas. No entanto, isso não nos autoriza a pensar que todas as outras lideranças ou quilombolas associados/as assim se enxerguem. Nem todos/as possuem a mesma relação com o mangue, com a pesca, com as dunas, com a praia e com as atividades da associação. Há múltiplas formas e níveis de socialidade no/com o território. E foi esse território rico e outrora assaz abundante em caranguejos, água doce e lagoas dunares que virou objeto de especulação de empreendimentos público-privados, como a CAGECE<sup>2</sup>, parques eólicos e tanques de carcinicultura.

Minhas considerações neste artigo indicam os impactos socioambientais que esses empreendimentos tiveram no território quilombola, sendo minhas descrições acompanhadas por fotos que tirei durante a pesquisa de campo. Os dados provêm de minha pesquisa de doutorado em Antropologia, que durou de 2021 a 2023, sendo que em 2021 a fiz de modo virtual, devido à pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 - agente patológico da Covid-19, e em 2022 e 2023 a fiz de forma presencial, *in loco*. Nos cinco meses em que morei no Cumbe, aprendi bastante coisa sobre a realidade daqueles/as quilombolas que me acolheram com muito carinho e sorrisos fartos. Dois temas centrais na luta em defesa daquele território se destacaram nas conversas que tive com interlocutores/as: os empreendimentos e os conflitos internos, entre quilombolas e não quilombolas.

Meu foco aqui é falar dos empreendimentos e dos impactos sobre o Cumbe, bem como falar da relação biointerativa entre quilombolas e ecossistema local, que é o assunto do primeiro tópico, no qual disserto sobre a ecologia local, o território, as agências e entes presentes nele, como a força das dunas e os animais e insetos; e relato experiências que tive em campo, além de

---

<sup>1</sup> Cleomar é pescadora, marisqueira, mãe, esposa, avó, artesã, ambientalista e defensora dos direitos humanos. Ela me recebeu em sua casa e por conta disso foi a interlocutora com quem mais convivi durante a estada em campo.

<sup>2</sup> Companhia de Água e Esgoto do Ceará.

tecer uma crítica ao conceito de desenvolvimento. Também trato da presença do parque eólico e do discurso de um suposto desenvolvimento sustentável, além de trazer uma descrição do ecossistema local a partir de narrativas do século XIX acerca da dinâmica das dunas. No segundo tópico, continuo falando da luta pelo território, pela proteção dele, e dos conflitos na comunidade, resalto os perigos do trabalho no rio e no mangue, como a mariscagem, bem como os cuidados que devem ser tomados na preparação para a pesca e a mariscagem, e relato algumas experiências que tive na festa do mangue de 2022.

### **Sapos, dunas e ventos: ecologia local**

Em todas as vezes que fui ao Cumbe, fiquei hospedado na casa de Cleomar. Mais precisamente, fiquei num chalezinho de madeira e palha que seu marido construiu no quintal da casa, que dava para uma área de apicum e mangue. Todo dia sapos começavam a passear pelo quintal de Cleomar na medida em que o sol declinava. O sol ia se pondo, a noite entrando, e iam aparecendo mais, desde os mais novos e pequenos aos mais velhos e grandes. Eles adoram uma água. Eu sempre via dois grandes, toda noite, que ficavam numa panela velha com água, como se estivessem numa piscina. Por falar nisso, no inverno, quando as poças d'água pululam pelas ruas da comunidade, é possível ver alguns sapos nadando nessas poças, como presenciei em fins de abril de 2023.

Também no inverno os marimbondos aparecem mais vezes, zanzando pelo banheiro ou pelo chalé e, quando insistiam em compartilhar o mesmo espaço comigo, eu os afugentava ou matava. A experiência que tive com eles na infância me causa receios quando eles se aproximam de mim. Grilos grandes, insetos pretos, pequenos ou grandes, abelhas e outros marcavam presença aqui e acolá naquele quintal cheio de verde. Gatos também entravam no chalé quando eu deixava a porta, da frente ou de trás, aberta. Passei, então, a deixar a porta da frente sempre fechada, e a de trás mais aberta. Galinhas também fizeram esse ensaio de entrar no chalé, e eu as afugentava.

As muriçocas se alternavam em sua tortura sonora e física. Há períodos do ano em que elas não molestam tanto, antes e depois do inverno, mas em outros, como no inverno, já no declinar do sol começam a devorar nosso sangue. E a zoadá que produzem é alta, quase como um verdadeiro enxame de abelhas a avisar de sua chegada. No segundo semestre do ano, as muriçocas no Cumbe são quase inexistentes, já no primeiro elas são presença obrigatória no cotidiano. Nas várias reuniões ou conversas das quais participei, sempre havia alguém (ou eu mesmo) estapeando-se, na tentativa de matar as muriçocas que insistiam em se alimentar do nosso sangue. Os sons de tapas no corpo eram frequentes, sobretudo nas pernas e nos braços.

No caso dos sapos, tinha vezes que eu os expulsava do banheiro, para ter privacidade completa, mas em outras eu usava o banheiro com dois ou três lá dentro, e eles ficavam nos seus cantos, sem se incomodar com minha presença, e eu sem me incomodar com a deles. Na verdade, é mais fácil nos incomodarmos com eles do que eles conosco. Esses bichos e insetos não têm problema em compartilhar o espaço físico com humanos, mas nós temos esse problema. No caso das muriçocas, eu recorria, em dias em que estavam mais vorazes, a repelentes, mas me parecia que o efeito de repelir era pouco, a ponto de ter de dormir com um véu cobrindo a cama, conhecido popularmente como mosquiteiro.

Do quintal também ouvia o cantar de pássaros, livres ou em gaiolas, os mais variados, bem como o relinchar de cavalos e o grito dos capotes e dos soins (um som bem desagradável, inclusive), além do som dos grilos, de pinto piando e galinha cacarejando. Calangos, baratas (voadoras ou não), bribas, tejos, cobras, pererecas, libélulas, arapuás e outros pequenos insetos, cujos nomes ignoro, também davam o ar da graça. Inclusive, um certo tejo sempre aparecia no quintal pela manhã ou ao meio-dia, atrás de algo para comer. Quando essa sinfonia animal toda se calava, só o roçar do vento nas árvores se ouvia.

Em algumas entrevistas, houve intervenções de terceiros, fossem filhos ou parentes dos/as entrevistados/as, barulhos de moto ou do vento, que faziam ruído nos áudios gravados a ponto de não poder ouvir o que a pessoa falou, e também de animais, que inclusive me assustaram, como cachorros que latiam repentinamente ou gatos que fugiam de cachorros. Gatos apareciam quando estávamos almoçando, implorando por comida, com miados insistentes, subindo na mesa, nas cadeiras e sendo expulsos. Cachorros também apareciam para pedir atenção, comida, ou para nos acompanhar pelas ruas da comunidade.

Havia também os cachorros de rua, quase como guardiões delas, latindo para qualquer um/a que passasse pelas ruas depois que a movimentação acabava, lá pelas 21 horas. À noite, nos dias úteis, as ruas da comunidade são basicamente deles. Às vezes, tejos, camaleões e caranguejeiras (aranhas) eram vistos pelas estradas, na sua margem ou atravessando-as. Esses exemplares de répteis também passeavam pelo quintal de Cleomar diariamente. Infelizmente, no trânsito que sapos e répteis fazem pela estrada principal da comunidade, que é a continuação da AR-010, muitos acabam sendo atropelados, sendo relativamente fácil encontrar algum desses bichos mortos na estrada.

Por vezes os sapos também entravam no chalé quando eu deixava a porta aberta. Pela noite, cheguei a pisar em alguns deles - não a ponto de esmagá-los, felizmente - no caminho que dá acesso ao banheiro, ao lado do chalé, que é escuro. E também quando entrei uma vez no chalé e a porta estava aberta: o sapo estava entrando naquele mesmo momento e foi para debaixo da cômoda depois de pisado. Expulsei-o do banheiro com a vassoura. Enfim, foi nessa confluência e interação com bichos, insetos e animais que passei meus longos dias num chalé de madeira de carnaúba no Cumbe, vivendo aquele silêncio e tranquilidade, enquanto estudava, escrevia a tese e descansava. Esse é o cenário da “tenda” do etnógrafo e do seu entorno.

Feitas essas considerações que representam os “sapos” do título deste tópico, resumindo os encontros que tive com a fauna local, comento a seguir sobre os ventos e as dunas do Cumbe. Os famosos ventos de Aracati atraíram para o Cumbe empreendimentos como os parques eólicos<sup>3</sup>. E o outrora abundante lençol freático das dunas do Cumbe atraiu empreendimentos como a CAGECE. Sobre a presença do parque eólico no Cumbe, da CPFL Energia (Companhia Paulista de Força e Luz), e sobre seus impactos, comentei algumas coisas em Rodrigues (2024) e aqui comentarei outras que acho relevantes. Começo pela narrativa de Márcio, que me contou algo sobre as dunas que achei impressionante, sobretudo por não conhecer a dinâmica delas

---

<sup>3</sup> A outra comunidade quilombola de Aracati, Córrego de Ubaranas, também teve seu território atravessado por parques eólicos, e mais recentemente houve uma tentativa de venda de lotes, no território, para exploração de petróleo e afins, como pude acompanhar em algumas reuniões e conversas com interlocutores daquela comunidade.

como um nativo de lá conhece. Márcio Cassiano da Silva é nativo do Cumbe, casado, pai, pescador e exímio artesão. Ele narrou em entrevista a dinâmica das dunas:

Esse parque [eólico] tem 67 torres, trabalhei seis anos nele, fazendo serviços gerais. Mas, quando for daqui a 25 anos, vai tá destruído, não vai mais servir. A conversa que escutei desde o início até agora é a mesma, porque esse parque é o morro enterrando direto, eles têm mais prejuízo do que nos outros cantos, porque o morro enterra. Eles têm gasto com máquina, com caçamba, para poder tirar areia do caminho, e nos outros cantos não. Onde é mato e não tem areia para enterrar, não precisa de máquina, de caçamba para tirar areia. Eles não querem ter prejuízo, eles querem ter lucro. Em outros cantos que eles fazem isso, que é no mato, eles têm lucro, que não tem nada pra enterrar. Aqui é de frente pro mar, a duna é muito alta e está constantemente enterrando. Os carros pequenos que dão manutenção nas torres não conseguem passar se não tiver duas, três máquinas tirando areia. Além disso, eles estão aterrando nossa comunidade, que estão acelerando o processo da areia. Quando a areia chega, ao invés de colocar pra cima, eles colocam pra baixo. Esse morro aí tava longe. Depois que o parque se instalou, o morro tá vindo com toda força. Daqui a pouco nós vamos ser enterrados por conta disso. Os nativos que não protegem o território trazem essas pessoas para destruir o território. A nossa briga é por conta disso (Diálogo realizado em 07/12/2022).

Quando ouvi Márcio falar tudo isso, fiquei impressionado com a descrição que ele fez das dunas, elaborando em sua fala a dinâmica das dunas de uma forma bem didática. O que me impressionou foi perceber a força e a dinâmica das dunas, pois eu sempre tinha ouvido falar do processo de implementação do parque como sendo algo violento, como se as dunas tivessem ficado impassíveis diante dessa invasão, quando na verdade elas sempre deram trabalho aos invasores e às suas torres; elas sempre se impuseram aos ocupantes indesejáveis de suas áreas. As dunas têm agência, uma que só percebi depois de ouvir Márcio falar daquele jeito. Elas nunca estiveram de braços cruzados, vendo as máquinas e torres do *capetalismo*<sup>4</sup>, como João gosta de falar algumas vezes, atrapalharem seu fluxo natural. Pelo contrário, até hoje elas estão lutando para expulsar essas máquinas e torres. Sua vingança é constante.

Ressalto que, como Márcio colocou, essa invasão do território só foi possível porque pessoas de dentro da comunidade acolheram e apoiaram os empreendimentos e os empresários. Aqui ele toca na questão dos conflitos internos, entre moradores/as quilombolas e não quilombolas. Uma outra interlocutora, Cleomar, corroborou essa agência das dunas e disse que elas sempre fizeram isso de colocar tudo para fora, de enterrar e desenterrar as coisas. Como Márcio comentou, o avanço das dunas preocupa, mas não a ponto de tirar o sossego dos/as quilombolas, pois como Cleomar já falou eles/as sempre se adaptaram à natureza e souberam conviver com ela, sobretudo nos idos tempos de cheias do baixo Jaguaribe. É claro que isso não tira a responsabilidade pelos danos socioambientais que esses empreendimentos carregam nas costas. Afinal, qual o limite de adaptação às perturbações da natureza que são aceleradas ou provocadas pelo homem?

---

<sup>4</sup> Ao propor o conceito de *capetalismo* em suas falas, João do Cumbe insere uma crítica ao capitalismo no próprio termo, como forma de denunciar os abusos feitos em nome do capital.

Como Márcio apontou, os empreendimentos querem o lucro, mas as dunas dificultam o ganho desse lucro, sendo que boa parte dos recursos é gasta<sup>5</sup> na manutenção das torres e das estradas que precisam ser abertas e mantidas continuamente entre as dunas, para que carros, motos e outros veículos possam passar. Nesse cenário de avaliação dos impactos socioambientais do parque eólico, há uma contradição a ser destacada na ação dos empreendimentos capitalistas. Lembro que no dia 20 de dezembro de 2022, quando eu e um grupo de estudantes da UECE (Universidade Estadual do Ceará) pudemos passar de ônibus pelas dunas, avistamos, entre outras coisas, a seguinte placa:



Imagem 2 – Placa com dizeres do parque eólico (Ozaias Rodrigues, 2022).

---

<sup>5</sup> Para se ter uma ideia dos custos de manutenção de um parque eólico, vide Castro, Pedreira, Pellegrini e Lisboa (2010).

Esse passeio que fizemos pelas dunas privatizadas pelo parque eólico foi uma aula de campo, entre as várias que João organiza. Para além da hipocrisia de uma expressão genérica e rasa que aquela placa representa estando naquele local, creio que se trate de uma contradição inerente ao etnocentrismo do capital, que tudo corrói e devora, ao mesmo tempo em que diz fazer isso para o bem das pessoas ou de determinado território. A energia eólica não escapa ao discurso do “desenvolvimento verde”, que em teoria seria menos nocivo aos seres humanos e à natureza. O caso da comunidade quilombola do Cumbe e de outras comunidades tradicionais pelo país afora mostra que não é bem assim.

Nesse sentido, como aponta Vieira (2015), no caso da comunidade quilombola da Malhada, localizada em Caetité - BA, referindo-se às INB (Indústrias Nucleares do Brasil) e às empresas de energia eólica, esses empreendimentos

[...] ambientalizam seus discursos e saem em “defesa da natureza”, enquanto suas práticas parecem mostrar o contrário disso. Eles conservam a natureza enquanto categoria da divisão entre natureza e cultura, uma divisão que tem desdobramentos lógicos, epistemológicos e políticos (Vieira 2015:354).

A meu ver, a principal consequência dessa divisão etnocêntrica é enxergar a natureza como mero recurso a serviço do homem. A frase na placa indica isso: “Meio ambiente - a preservação da natureza é responsabilidade de todos”. Realmente a prática não condiz com o discurso, pois, além de passar por cima da autonomia territorial dos/as quilombolas, os parques eólicos desestruturam o solo, a fauna e a flora das dunas com sua implantação. O que está em questão não é a preservação da natureza, mas um uso supostamente sustentável dela. É como se dissessem: ‘vamos degradar as dunas, mas não tanto. Ainda vai sobrar alguma coisa para vocês!’. As práticas desses empreendimentos realmente mostram o contrário desse suposto respeito à natureza.

A divisão natureza e cultura, como proposta pelo capitalismo, além de não fazer sentido na lógica quilombola, é uma imposição de agentes externos ao modo de vida deles/as. Na biointeração quilombola (Santos 2015), o ato de nomear a natureza, quando é feito, dá-se para sua defesa, para reverenciar a presença dela e para apontar a existência de algo sem o qual não se pode viver. Já na lógica capitalista é precisamente essa divisão que é usada para justificar a posse e o controle do natural, sendo o excepcionalismo humano o polo dominante da relação. Portanto, há desigualdade ontológica nessa relação (Rodrigues 2024). Na biointeração, como afirmou Cleomar em várias ocasiões, a relação com a natureza é uma relação de adaptação, no sentido de um aprendizado diário, de convivência, de cuidado, de respeito e de composição da vida humana com o território. Na biointeração há uma igualdade ontológica, pois não há hierarquia entre a vida humana e a não humana, ambas têm o mesmo valor ou o mesmo direito à existência e ao cuidado.



Imagem 3 – Peça de uma torre eólica em desuso (Ozaias Rodrigues, 2022).

Na mesma ocasião do passeio pelas dunas que citei, registramos um motor de um dos aerogeradores, ou algo equivalente, que segundo João não teria mais serventia e ficaria ali como lixo na paisagem. Essa peça de maquinaria indica uma paisagem em ruínas, bem como descreveu Cardoso (2019) a partir de Anna Tsing. A presença dessa peça e dos aerogeradores indica uma paisagem alterada, arruinada, mas que ainda vive, que ainda se impõe todos os dias aos aerogeradores, como narrou Márcio. Todo dia essas dunas enterram as torres e as estradas com seu ímpeto.

As belezas naturais do Cumbe não passaram despercebidas por um autor desconhecido, que, em sua narrativa de 10 de fevereiro de 1898, no jornal *O Jaguaribe*, escreve que diante dos seus olhos estava “o gigante espetáculo de uma esplêndida e caprichosa natureza, que nos encanta a vista, e nos convida a fundas meditações” (Desconhecido 1898:1). Além de ser definido como ameno e aprazível, o antigo sítio Cumbe era o mais bem cultivado e o melhor daquela região (ibid.). A fartura da comida no sítio que o autor visitou é enfatizada, bem como a hospitalidade do Senhor Abel Francisco Lopes. Ao narrar sua ida ao sítio, o autor desconhecido fala que navegaram pelo rio Jaguaribe durante duas horas, de canoa. Em sua narrativa, transborda o encantamento do autor com as belezas naturais do lugar: havia um ar de paz imperturbável naquele sítio.

A força das dunas móveis, chamadas pelos/as quilombolas de morro, foi descrita como um “assombroso espetáculo” que engole os sítios que estão em seu caminho. Aquela fala de Márcio aponta exatamente para isso. Falar da dinâmica das dunas é a primeira quebra na narrativa extremamente harmoniosa desse autor: a natureza é bela, mas engole o que está em seu caminho. “É assim que já existe soterrado pelas areias um sítio destas paragens, outro começa ser invadido e, mais tarde, elas, terão avassalhado tudo quanto achar-se na direção de sua carreira” (ibid.:2). Desse modo, a agência impetuosa das dunas já tinha sido observada por outras pessoas, em outras épocas. A carta do autor desconhecido segue falando da comilança dos convivas da ocasião, dos passeios a cavalo e do descanso nas redes. Eis o relato de um turista.

A narrativa do autor dessa carta, ao falar da despedida do sítio, com saudades e gratidão, remete à experiência que qualquer turista abrigado no Cumbe pode ter. Mesmo tendo chegado ao Cumbe como pesquisador, experimentei meus dias de turista, com comida farta, passeio pelo rio, pelas dunas, pelo mangue e pela praia. Mas o mangue não aparece na narrativa do autor desconhecido. Já em um relato de 25 de agosto de 1859, Francisco Freire Alemão, por exemplo, conta de suas dificuldades pelo Cumbe e região e cita o mangue e sua terra negra (Damasceno; Cunha 1961:275). O cheiro sulfuroso que Freire Alemão comenta do “lodo de mangues” me lembrou as inúmeras narrativas que ouvi sobre o mangue ser um lugar supostamente fedido. No relato de Freire, a vegetação conhecida como mangue é citada várias vezes, bem como a presença ubíqua das carnaúbas.

Também nesse relato, as areias das dunas aparecem como difíceis para se andar a cavalo. Essas mesmas areias, combinadas aos fortes ventos, movem-se constantemente, cobrem morros, uns aos outros, cobrem habitações e o que estiver pela frente (Damasceno; Cunha 1961:276). Essa movimentação das dunas gera sons, toques como de guerra (ibid.) – o chamado toque do morro, como narram certos/as moradores/as da comunidade. Seja como for, as dunas encerram mistérios, coisas e histórias soterradas há muito tempo.

Assim como no mangue, é preciso saber andar nas dunas, algo que aprendi a duras penas. Pela narrativa de Freire Alemão, percebemos que ele e os que o acompanharam foram vencidos pelo movimento das dunas quando tentaram subi-las, e pelo visto não sabiam andar nos morros de areia. Esse aprender a andar nas dunas e no mangue foi algo que experimentei durante a pesquisa de campo e lembra o que Mead (1971:38) comentou sobre a adaptação intelectual e corporal que antropólogos/as devem empreender quando estão imersos/as em outras culturas.

Ainda sobre o relato de Freire Alemão, o naturalista nos conta que, quando foram avisados de que a montanha (morro) começara a tocar, todos acorreram para lá, a fim de presenciar o fenômeno. Eis o relato:

Logo que nos fomos aproximando do monte sentimos um sussurro, como de tambor tocado ao longe: isto era mais de uma hora, ventava do mar e o sol era ardentíssimo: era nossa [in]tenção subirmos ao cume do monte mas bem depressa nos convencemos que isso nos era, senão impossível, de uma grande dificuldade, porque a areia é tão fina, e tão solta, e o monte tão íngreme, que um passo que dávamos nos metíamos na areia até meia perna, e descíamos mais do que havíamos ganhado em subida; caíamos a cada momento e andávamos de gatinhas; enfim com grandes esforços, sem respirar e abafados de calor pudemos ganhar a altura de um grande cajueiro de 5 ou 6 braças de altura, que já está quase soterrado, tendo de fora só os galhos do alto da copa, mas esses mui folhudos e viçosos; nos recolhemos embaixo desses ramos esbaforidos, com grande ansiedade e dor na caixa torácica (isto digo de mim, os outros deviam sentir o mesmo) (Damasceno; Cunha 1961:276-277).

O relato fala por si só: é preciso saber subir as dunas, pois elas têm agência própria e, assim, é preciso se adaptar a elas. A dinâmica das dunas impõe a nós, humanos, um outro ritmo: o da paciência, da lentidão. A pressa, nesse caso, é a pior inimiga de quem se propõe a subir esses morros. Falo por experiência própria: quando você entende o movimento da areia e o sente com os próprios pés, você passa a subir no ritmo que a areia permite. Ela impõe a sua vontade, o seu ritmo, e você apenas o segue. Devagar e sempre, alerta-nos o ditado popular.

A sofreguidão da subida que Freire narrou nos indica que aqueles que subiram o morro não sabiam andar ou subir no morro, ou ignoravam a dinâmica das areias. Pelo que vi de outras subidas aos morros, sobretudo com estudantes que vão conhecer o Cumbe, os visitantes são os que mais sofrem na subida, pois os nativos não sofrem com isso. Por várias vezes e em aulas de campo nas quais João propõe subir uma duna alta, muitos/as estudantes chegam ao topo lentamente e arfando ou chegam rápido ao topo, quase sem ar, esbaforidos. No meu caso, aprendi com os/as quilombolas a subir os morros sem sofrer com falta de ar, devido ao esforço físico considerável que é subir uma duna alta. Eu ia subindo e ouvindo as instruções, seguindo-as à risca e, assim, aprendi a subir as dunas.

Feito esse pequeno desvio na narrativa, voltemos a falar das torres eólicas. A instalação do parque eólico no Cumbe se assemelha muito à descrição de Vieira (2015) sobre o parque eólico que tentou se instalar na comunidade da Malhada, em Caetité - BA:

Com a garantia dos contratos de arrendamento, se forem instaladas as torres gigantescas, ninguém mais poderá pastorear o gado, construir casa, esticar cercas, plantar mandioca onde quiser. Sequer poderá caminhar ou atravessar as serras fora do circuito predefinido pelo desenho do parque eólico. Todo o espaço estará regulado pela *lei* da empresa. As torres se imporão e, juntamente com elas, suas formas de regulação e controle próprios (Vieira 2015:258).

A instalação do parque eólico no Cumbe lembra perfeitamente esse cenário que Vieira (2015) descreveu, pois isso atingiu diretamente o direito de ir e vir dos comunitários. Com a possibilidade de riscos de acidentes com a fiação e as torres eólicas, o acesso às dunas pontilhadas de aerogeradores ficou restrito, inicialmente. Depois de uma mobilização judicial, os/as quilombolas conseguiram firmar um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) que garante a entrada de pessoas na área das dunas, desde que acompanhadas por pessoas da comunidade,

no sentido de que alguém deve se responsabilizar se algum acidente acontecer, como choque pelos fios enterrados ou outra coisa do tipo, como peças que podem se soltar das torres e atingir alguém.

Exemplar nesse sentido foi aquela ida às dunas e à praia do Cumbe que fiz com estudantes do curso de Geografia da UECE, em dezembro de 2022. Na ocasião, João informou que um ônibus não poderia ir com pessoas à praia, porque a CPFL não permitia. Naquela ocasião, ao conversarmos com Ronaldo<sup>6</sup>, outra liderança na comunidade, por telefone, ele contou que um dos responsáveis pela liberação garantiu o acesso e que poderíamos ir. João ficou desconfiado, afinal isso nunca tinha acontecido. Podiam ir vários e vários carros levando pessoas, mas nunca ônibus. Mas naquele dia esse fato inédito aconteceu: era uma manhã de 20 de dezembro de 2022, e um ônibus repleto de estudantes acessou pela primeira vez as dunas e a praia tomadas pelo parque eólico.

Testemunhar isso foi importante para entender melhor esse jogo de luta pela autonomia territorial dos/as quilombolas do Cumbe. Algumas coisas que aconteceram no Cumbe, nas quais eu estava presente, faziam-me correr para contar a Cleomar, como o fiz naquele dia. A novidade do fato narrado a deixou surpresa, e ter participado disso me deu uma sensação de estar no lugar certo e na hora certa. Pela tarde daquele dia, fomos às compras no Centro de Aracati eu, Cleomar e Ronaldo. No percurso fomos conversando com Ronaldo sobre o ocorrido inédito daquele dia. A interpretação de Cleomar acerca do fato foi a de que a eleição do presidente Lula já estava mudando a configuração das coisas por lá. Durante o período eleitoral de 2022, a associação quilombola do Cumbe defendeu o voto no presidente Lula, sobretudo por ver nele um governante que se preocupa com as comunidades quilombolas.

Retomando a questão do parque eólico, não há como falar em energia limpa, pois isso parece mais um subterfúgio capitalista para fazer sumir algumas de suas consequências danosas. Por exemplo, um ano após o parque eólico ter sido implantado no Cumbe, a comunidade se organizou para bloquear a estrada que dava acesso ao parque, devido aos transtornos que a implantação estava causando e aos impactos negativos, além das irregularidades na execução da empreitada (Nascimento 2014:55). O parque eólico, bem como a carcinicultura, chegou à comunidade afirmando que geraria muitos empregos e que a comunidade só seria beneficiada com suas atividades. No caso do parque eólico, o discurso da necessidade de desenvolver o local foi frequente.

Pela experiência dos/as quilombolas do Cumbe, percebe-se que a palavra desenvolvimento geralmente chega por lá vindo na boca de gente de fora. Na boca de quem quer explorar o território, mas não quer cuidar dele, quer apenas se aproveitar. É um nome “bonito” para a exploração inconsequente desses empreendimentos, que serve como cortina de fumaça para iludir as pessoas, como efetivamente o fez. Percebe-se pelas falas dos/as interlocutores/as que medo é uma palavra que representa bem o sentimento de ver o território sendo privatizado e degradado, como vemos a seguir:

O fato de existirem fios elétricos por debaixo das dunas e lagoas, de acordo com Chaves, Brannstrom e Silva (2017), cria uma atmosfera de medo nos moradores em relação ao uso do

---

<sup>6</sup> Ronaldo é um dos líderes quilombolas do Cumbe. É pescador, pai, casado e um dos guias turísticos da comunidade.

campo de dunas e das lagoas, sentimento inexistente anteriormente: “(...) a gente tem medo do risco, como eu disse, que até hoje corre o risco na comunidade de muitas lagoas que estão cheias de fios e isso amedrontou o povo, mas isso surgiu depois que eles chegaram, o parque se instalou e fizeram essa fiação (*Itã*, 2020).

O medo dos fios elétricos reduziu a frequência com que os moradores passam a frequentar as lagoas do seu território. De acordo com *Garça* (2020), os quilombolas requisitaram uma reunião com a empresa eólica para solicitarem que a empresa identificasse com placas quais lagoas teriam fiação. Somente após a cobrança dos quilombolas, é que uma sinalização foi instalada (figura 46). *Guaianum* (2020) afirma que: “(...) tem umas lagoas que eu não vou com medo, porque tem uma fiação que passa dentro e eles botam umas plaquinhas dizendo que não pode [...]” (Castro 2021:247).

Portanto, esses empreendimentos interferem diretamente nas relações dos/as quilombolas com seu território, alterando de modo significativo seu cotidiano, seu modo de vida, forçando sua adaptação à nova configuração territorial. Risco também é outra palavra que dá conta da possibilidade de morte que esses empreendimentos representam. Pelo que Castro (2021) aponta dos impactos nocivos dos empreendimentos, percebe-se que os/as quilombolas reagem na medida do risco e do impacto que sofrem. Foi assim com a mortandade dos caranguejos no início dos anos 2000 e foi assim quando os/as quilombolas foram impedidos/as de acessar a praia devido ao parque eólico. Em suma, eles/as respondem à altura das ameaças à sua vida e ao seu território, como se vê a seguir:

Além do impedimento da utilização das lagoas, a empresa eólica também impediu o acesso ao mar; este caso também é exposto na fala de *Itã* (2020): “(...) no começo eles diziam que podia tudo e depois não podia nada. Aí finalizando o processo do parque, do projeto de morte, o que acontece? Os pescadores ficam impedidos de ir à praia. Aí realmente alvoroçou também (...)” (Castro 2021:251).

Chama atenção a interlocutora ter falado em projeto de morte, visto o parque eólico ser mais um empreendimento a afetar significativamente o modo de vida local. A empresa enganou os/as moradores/as, ocultando os impactos negativos do parque no Cumbe ao apresentar apenas os supostos benefícios e mistificar a realidade. O parque eólico interferiu diretamente na relação dos/as quilombolas com as dunas, as lagoas interdunares e a praia. O projeto de morte é o território que era livre sendo privatizado, sendo invadido por torres eólicas e fios elétricos, as dunas sendo compactadas e tendo sua dinâmica alterada. Mas é apenas um projeto, pois as dunas resistem, confrontam a todo instante quem teima em querer ser mais do que elas, quem quer impor outro ritmo à sua dinâmica. Assim como Gaia (Stengers 2015), as dunas não ligam para as infraestruturas do capitalismo verde. Seu movimento é diário, enterra o que estiver pela frente.

Seu avanço é incontornável, até mesmo para torres de quilos e mais quilos de ferro e concreto enterrados nas areias.

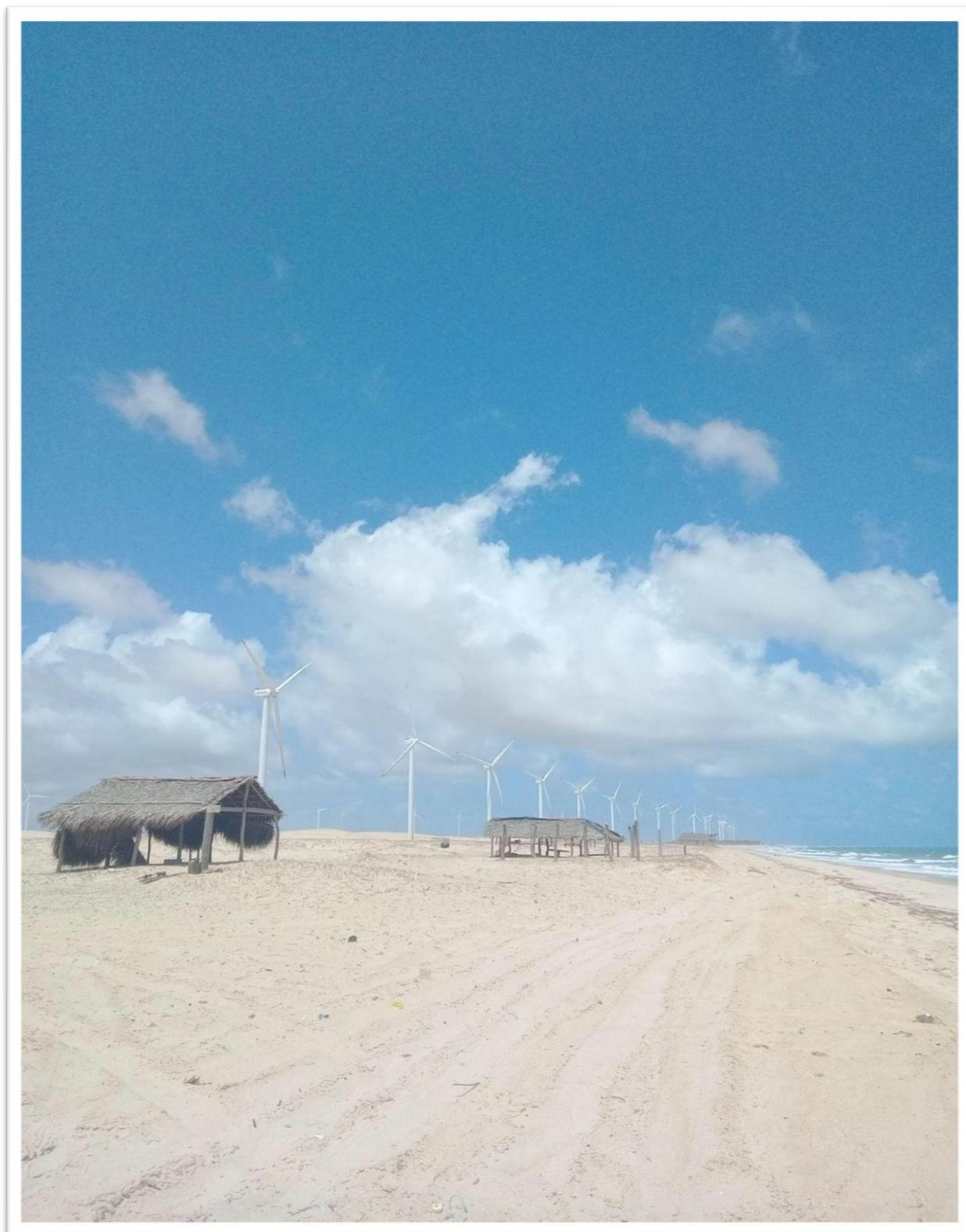


Imagem 4 – Vista da praia do Cumbe, com barracas feitas pelos/as quilombolas e parque eólico ao fundo (Ozaías Rodrigues, 2022).

### Ostras, caranguejos e praia: trabalho e luta pelo território

A pesca é algo explícito e implícito no cotidiano dos/as quilombolas do Cumbe. Porém, ao lado do afeto e da paixão que se demonstram pelo ofício nas mais diversas narrativas, existem também os perigos e as doenças do contexto pesqueiro/marisqueiro. É preciso não romantizar a atividade pesqueira/marisqueira, por mais apaixonante que seja o relato do/a interlocutor/a. Em minha experiência em campo, os/as interlocutores/as falam pouco dos perigos da pesca, seja no rio ou no mar, da mariscagem ou da cata de caranguejos e das doenças ou moléstias<sup>7</sup> que adquiriram devido a essas atividades. Mas esses perigos e doenças existem e são lembrados por eles/as, como é o caso de Sônia<sup>8</sup>, que assim relata os perigos da mariscagem:

Às vezes eu fico em casa porque eu tenho diabete e tenho medo de levar golpe, porque dizem que, se a gente levar um golpe, não sara. Às vezes perde dedo, perde perna. Golpe de ostra no rio é muito perigoso. Tem muita ostra no rio. Para a gente tirar sururu, a gente tira de luva, sapato, de calça, camisa de manga comprida, porque a gente mergulha para tirar e tem uns passa-a-mão que fura a gente, uns anequins. E passa dois, três dias doendo. É um peixe, mas ninguém come ele, que ele é que nem um sapo. Ele vive debaixo da lama. Às vezes, quando a gente mergulha, ele fura nossas mãos, nossos pés. Ele tem três ferrões em cima dele. Se a gente pisar em cima dele, ele ferroa a gente. E não passa a dor, não. Só com injeção e com 24 horas que passa. Se não tiver isso, não passa. Porque fere, incha e cai o couro todinho onde ele ferroa a pessoa. Eu já levei mais de dez ferroadas desses bichos, nos pés, nas mãos. Esse é o anequim, mas tem muito mais bicho que fere a gente debaixo d'água e a gente nem sabe o que é. Tem uns peixinhos que mordem a gente, chamado de moreia, que vive embaixo da lama, igual a uma cobra preta. Elas vivem na lama. Aí, quando a gente mete a mão, que a gente agarra com tudo, elas mordem, agarram. Mas a gente só tira de luva, aquelas de pano. Eu pego muito quando eu vou, enfio a mão até pegar tudo. Aí eu rebolo dentro do monobloco e pronto.

[...] Para tirar itã, é uma enxada e um balde. Para tirar o sururu, a gente leva um monobloco (caixa) e uma forquilha de pau, pra gente mexer. Tem que ter as luvas, o sapato, blusa de manga comprida para proteger do sol. Para tirar a ostra, é um facão e um balde. A gente pega no balde, bota no monobloco e balança na água pra lavar, pra tirar a lama. Tem que ter o facão pra bater assim e tirar as ostras (Diálogo realizado em: 25/12/2022).

O relato é cheio de detalhes e dá conta dos perigos e dificuldades que a mariscagem impõe. Não dá para fazer de qualquer jeito e nem em qualquer hora do dia. É preciso se cuidar, precaver-se com os equipamentos adequados a fim de se evitarem cortes, ferroadas e afins. É preciso conhecer os habitantes e lugares perigosos do rio. A mariscagem impõe um aprendizado corporal e intelectual às/aos marisqueiras/os em sua atividade profissional. Para trabalhar no contexto pesqueiro/marisqueiro, é preciso mobilizar não só equipamentos específicos, mas também técnicas e conhecimentos que permitem a extração do marisco ou do peixe.

Nesse sentido, aponto que a experiência em campo me permitiu ter uma noção do que são esses perigos quando passei por um deles. Numa das atividades da festa do mangue de 2022, eu cortei os pés ao ir, com algumas pessoas, para uma certa área do mangue que é bem

<sup>7</sup> A título de exemplo, no caso de caranguejeiros do Delta do Parnaíba, Pereira (2021:346) informa: “Quando o caranguejo faz morada em locais de difícil acesso, diz-se que ele está (ou é) ‘enrascado’. Situações assim são comuns. Não por acaso, comuns também são as reclamações de dores nas costas, na lombar e nos nervos das mãos”.

<sup>8</sup> Sônia Maria Israel da Silva é marisqueira, mãe, avó e casada.

lamacenta. Na ocasião, passamos por essa área de lama, e os meus pés começaram a afundar. Desacostumado que sou com esse tipo de ambiente, rapidamente tirei os pés e tentei vencer a lama pela pressa de passar logo daquela região. Porém, fui percebendo que a área de lama era maior do que eu supunha, e a sensação de estar afundando constantemente me incomodou muito. Decidi voltar pelo mesmo caminho e não participar da atividade que estava sendo proposta naquela área.

Ao sair da lama, percebi que meus pés começaram a arder e vi neles alguns pontos de sangramento. Fiquei surpreso com o sangramento, pois não havia sentido nada cortando meus pés enquanto estava na lama, lutando para não afundar. Aquilo me deixou mais irritado, porém só me preocupei em achar alguém que me explicasse o que havia acontecido. Lavei os pés numa margem do rio, em solo firme, e deixei os pés descansando lá, recebendo aquelas águas. Alguém me explicou que isso se deu devido aos mariscos que ficam na lama do mangue, pois eles cortam as pessoas se elas não tomam cuidado ao entrar na lama. Óbvio que ninguém tinha me informado disso ou, se informaram, eu não ouvi e aprendi da melhor ou pior maneira possível como se deve andar na lama de um mangue.

O que narrei agora se assemelha à mesma ideia que já defendi em relação às dunas: assim como é preciso aprender a subir as dunas e não cansar, chegando ao topo sem falta de ar, é preciso aprender a andar na lama, entender seu ritmo, sua peculiaridade, para que você não corte seus pés nem ache que ela vai engoli-lo/la. Afinal, nunca ouvi dizer que alguém foi engolido pela lama do mangue. Esses elementos do território nos instam a estabelecer com eles uma relação pautada na atenção às suas características e ritmos. Ou seja, não é do nosso jeito, é do jeito que a lama e as dunas “querem”. É preciso reeducar o corpo para habitar esse território, para conviver com ele. Esse é um dos perigos que a associação entre os mariscos e a lama oferece, como contou Sônia. Dessa forma, podemos entender melhor o relato dela sobre seu receio de se cortar durante a mariscagem.

Na ocasião em que me cortei, sugeriram-me passar óleo de coco nos cortes. E foi o que eu fiz. Antônio Filho<sup>9</sup> disse que Dona Edite<sup>10</sup> é quem faz esse tipo de óleo e disse que lhe pediria para mim. Ele me deu o óleo, e eu passei nos cortes durante uns dois dias só, o que rapidamente fez efeito. Os cortes foram relativamente superficiais. Alguns dias depois, Edite me perguntou do ocorrido e eu expliquei, ao que ela comentou: “foi só uns cortezinhos? Pensei que tinha sido coisa pior. Que o outro chegou aqui pedindo o óleo dizendo que tu tinha cortado os pés... e eu pensando que era mais grave”. “Não, nada grave”, confirmei.

Toda essa preparação para a mariscagem que Sônia narrou também é preciso para a cata de caranguejo noturna. A cata é ditada pelo ritmo das marés, pois os caranguejos se comportam sob influência da maré cheia ou seca. A seguir, Sônia nos fala do cansaço e das dores pelo corpo, por ter trabalhado muito tempo fazendo esforço. Depois explica a situação na qual se feriu e conta das marés que influenciam o comportamento dos caranguejos. Vejamos o que ela nos diz sobre isso, ao narrar um episódio no qual ela se feriu bastante:

---

<sup>9</sup> Antônio Martins da Silva Filho é natural do Cumbe, pai, professor de capoeira e membro da coordenação da associação quilombola.

<sup>10</sup> Edite Joventino do Nascimento é mãe, avó, viúva, aposentada, agricultora e artesã, especializada em labirinto. Começou a fazer labirinto com sete anos e gosta muito da sua profissão.

Quando a gente não tinha água aqui, carregava água lá de cima do morro, na cabeça. Lavava roupa nas lagoas, uns sacos de roupa. Diz que quebra as veias da gente, de tanto subir e descer morro com peso. Isso aqui me dá tanta câimbra de noite nas pernas, isso foi um golpe que eu levei na gamboa, de ostra [mostra a perna]. Esubalhou isso meu todo. Nesse dia eu fui pegar esses bichinhos vermelhinhos [aratu], que passaram aí, de noite. Tinha um pau que a gente passava ali, tinha um pau cheio de ostras. Eu escorreguei de noite, caí e fez esse golpe aqui. Isso aqui ficou os pedaços de carne tudo empendurado, os pedaços de carne esbugalhada assim. Eu andava mais minha irmã de noite, indo atrás dos aratus. Não tinha lanterna, eram aquelas coisas de lata, os lampiões. Ela tirou a blusa, eu tava grávida do Dedé, uns seis meses. Eu caí, taquei a perna no pau de ostra; quando eu olhei na água, ficou só o sangue na gamboa. Eu: “valha, minha Nossa Senhora!”. Minha irmã tirou a blusa, amarrou aqui, e eu vim por aqui mais ela. Eu fui pra Aracati pontear. Ela veio sem roupa, sem nada. Tava de noite, ali por trás da casa de Clea, foi bem ali, assim, que eu caí. Porque a gente pega mais ele de noite, só que eu escorreguei no pau. A maré tava cheia, tava tudo sujo de lama, e eu escorreguei embaixo. A gente pega no mangue ali do outro lado. Eles são filhos da noite e ficam tudo apregados nos paus. Aí a gente vai só pegando e botando no balde. Tem que pegar na maré cheia. Eu passei um bocado de tempo com aquela perna doendo. Fui pegar o aratu, aqueles vermelhos. Só pega na maré cheia, que eles ficam atrepados nos paus. Quando a maré tá seca, eles ficam dentro dos buracos, mas quando enche eles sobem. Aí a gente vai pegando com luva e colocando no balde. Eles se atrepam tudinho (Diálogo realizado em 25/12/22).

Vê-se que as atividades de pesca ou mariscagem exigem sempre cautela, planejamento e conhecimento das particularidades do território, pois são “as marés que conduzem a gente”, como afirmou Cleomar certa vez. O ecossistema é conhecido, e seus perigos também. Mesmo assim, com anos e anos de experiência, não há como escapar de todos os perigos que envolvem essas atividades. Tanto um principiante como eu, que nunca tinha andado no mangue e se cortou, quanto trabalhadores/as do mangue experientes, como Sônia, podem se cortar ou ser mordidos por peixes e afins. Ao se conhecer o território, entender suas particularidades, conhecem-se também os perigos ao corpo que ele pode oferecer. Vimos pelo relato que há uma dinâmica das águas que influencia o comportamento dos caranguejos e que isso facilita sua cata pelos/as quilombolas.

Para além disso, as ostras me lembram outras duas coisas. A primeira foi a experiência que tive na festa do mangue, de 2022, quando se dividiram grupos para fazer oficinas de alguma atividade no mangue. Tinha oficina de pesca, de mariscagem, entre outras. Fiquei na de mariscagem, que consistia em pegar galhos de mangue vermelho - árvore característica - nos quais as ostras se agarram, cobrindo de branco as raízes do mangue vermelho. Nesse momento eu já tinha cortado os pés, e eles estavam menos doloridos. Como para essa atividade foi disponibilizado um barco, achei que, nesse caso, ficaria mais confortável para eu chegar ao local de alguma das oficinas. Depois de uns minutos de barco a motor, entramos numa gamboa e paramos numa margem. Já havia gente lá, e descemos do barco.

Vitor<sup>11</sup> era quem estava facilitando essa vivência. Ele ia tirando os pedaços de mangue com ostras e removendo a lama com a água, enquanto ia identificando que ostras tinham aquela carne esbranquiçada dentro, que queríamos comer. Era preciso abrir com um facão ou faca para

---

<sup>11</sup> José Victor dos Santos de Souza é filho de pescadores e estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo - UFERSA.

se revelar o interior das ostras. Fizemos “fila” para degustar as ostras. Quem nunca tinha comido, como eu, estava mais ansioso para ter aquela experiência do que os outros. Algumas pessoas levaram limão e cachaça para adicionar à ostra antes de ingerir seu conteúdo. Preferi fazer sem limão e cachaça. Achei o gosto interessante: era um salgado suave, daquele característico de frutos do mar. Ficamos um bom tempo lá, comendo as ostras, conversando, e depois fui embora com um grupo, de barco, enquanto outro grupo ficou.

A segunda coisa que as ostras me lembram foi um relato sensível e realista que Cleomar me fez à mesa do almoço, em uma terça-feira qualquer. Ela contou que, há alguns anos, depois que uns tanques de carcinicultura foram contaminados por um vírus numa determinada área do território, o empreendimento foi abandonado, e as terras vendidas. Os/as quilombolas passaram, então, a ocupar o local para voltar a pescar peixes e ostras nessa parte, que fica próxima ao mangue e a uma gamboa. Essa ocasião propiciou um dos episódios mais dramáticos dos conflitos na comunidade.

Quando uma certa juíza deu uma sentença favorável ao proprietário da terra, no sentido de uma reintegração de posse, o COTAR (Comando Tático Rural) apareceu na comunidade para realizar a vontade da “lei”. Depois que as barracas foram destruídas e os/as moradores/as expulsos da área de forma truculenta, o proprietário foi até o local para ver como tinha ficado tudo e pegou as ostras que naquele dia tinham sido colhidas pelos/as quilombolas. Dizem que ele as levou para Aracati e as consumiu durante um almoço, enquanto debochava e ria dos/as quilombolas. Um registro desse episódio pode ser visto em Nascimento (2014). As ostras e os caranguejos, que constam no título do tópico, representam aqui a atividade da pesca e da mariscagem, atividades importantíssimas para se entender o Cumbe, afinal estamos falando de uma comunidade quilombola pesqueira.

Na esteira da discussão sobre os conflitos internos na comunidade, Tia Simoa<sup>12</sup> comenta algo que reproduzo aqui, sobretudo em relação à atividade econômica que os/as quilombolas exercem:

[...] nós somos discriminados porque somos pescadores sim! Principalmente por esse pessoal que vem de fora, achando que é melhor do que a gente. Achando que é melhor porque tem um doutorado, trabalha de engenharia ou porque tem mais dinheiro, acha que a vida de pescador é suja, é fedorenta e ganha pouco e não é isso que a gente pensa, a maioria não pensa assim. Tem muita gente aqui que acha melhor ir pro mangue, que não tem patrão, que o seu patrão é a natureza, é a maré, é o mangue, do que tá lá sendo sujeito a uma pessoa, sendo humilhado por esse tipo de trabalho. Eles dizem que julgam nosso trabalho de pescador, mas traz um trabalho de escravo para cá, trabalho de servente, trabalho que você trabalha vinte e quatro horas no sol quente e sem proteção nenhuma. Então qual a diferença? Eu prefiro o meu trabalho de pescadora (Nascimento 2014:73-74).

O estigma do atraso em torno da mariscagem e da atividade pesqueira é enfatizado. O capitalismo despreza a pesca artesanal, mas a despreza pelo que ela representa, como afirmou Tia Simoa em sua fala: porque o “patrão” dos/as pescadores/as é a natureza, é o mangue, o rio

---

<sup>12</sup> Tia Simoa foi uma importante abolicionista do Ceará no século XIX e nesse texto representa uma interlocutora que pediu para ter seu nome pessoal ocultado. Tia Simoa é mãe, pescadora, defensora dos direitos humanos e uma das lideranças na comunidade.

e a maré. Portanto, na biointeração não cabe um trabalho pautado na humilhação de um lado em detrimento do outro, não cabe a desigualdade de classe ou de qualquer outro marcador social da diferença, não cabe a desigualdade ontológica, pois a natureza acolhe a todos/as, como vimos na frase de um estandarte: “o manguezal é rico por natureza, acolhe a todos/as, sem nenhuma esperteza”.

Numa relação biointerativa, não cabe a escravidão ou o trabalho compulsório, mas uma troca constante, um dar e receber, um cuidado mútuo entre os dois lados dela. Essa biointeração é inconcebível e inaceitável ao capitalismo, que vê a natureza como mero recurso, como algo que deve servir ao humano, não podendo estar em pé de igualdade com ele. Essa biointeração é a base da liberdade que os/as quilombolas prezam, que tanto almejam para si e para o território; é uma libertação das garras do capitalismo, que tenta golpear a autonomia que essa relação concretiza.

Na ocasião da minha primeira ida a campo, em fevereiro de 2022, Cleomar sugeriu que eu acompanhasse uma pesca na praia que aconteceu no dia posterior à minha chegada, numa quarta-feira pela manhã. Combinamos os detalhes disso com Ronaldo. No dia seguinte, acordei cedo e aguardei a carona. Ronaldo esperou na estrada, de carro, e fui até ele. Fomos ao Buraco do Guaiamum<sup>13</sup>, onde um grupo de pescadores estava esperando e se preparando para a pesca. Naquele dia conheci a técnica de pesca chamada de ‘arrastão’ ou de ‘arrasto’. Fomos à praia em dois carros: eu e mais uns nove homens. Chegamos à praia e de início fiquei na dúvida se deveria tentar ajudar na pesca ou se, ao tentar fazê-lo, eu atrapalharia aqueles exímios pescadores. Então fiquei olhando os homens desenrolarem a rede, uma grande rede.

Comecei a observar o aparato dos pescadores, pois estavam equipados, e eu não. Então entendi que eles realmente não esperavam que eu ajudasse, mas que ficasse apenas na barraca de palha, vendo-os pescar, aproveitando a sombra e o vento abundantes. Uns usavam chapéus, mangas longas e uma espécie de cinto. Depois de umas duas horas de observação da pesca, entendi a utilidade daquelas coisas. O chapéu era para proteger do sol, e as mangas longas também. Como não fui preparado, voltei com a pele queimada, pois me recusei, num primeiro momento, a ficar na barraca. Fiquei perto deles, parado, em pé, observando tudo e sob o sol. Já o cinto era usado na hora do arrasto: era para amarrar a corda da rede à cintura, de forma que o esforço de puxar a corda estivesse concentrado na cintura, no cinto, com o corpo inclinado para trás, movimentando-se lentamente, e as mãos servissem de apoio a isso. A meu ver, parecia que estavam puxando uma âncora do fundo do mar e não uma rede de pesca, devido ao esforço.

São muitos os passos para esse tipo de pesca. Primeiramente os pescadores desenrolam a rede, e isso demora bastante. Nas duas pontas da rede, há cabos de madeira que são amarrados por cordas. Depois disso eles se dividem em dois grupos: dois homens sobem numa jangada; um fica com uma ponta da corda da rede, e o outro com o remo. A jangada é empurrada por outros dois homens, que entram, com os da jangada, até certo ponto no mar. O outro grupo fica em terra com a outra ponta da rede. Com um remo, um dos homens na jangada faz o movimento

---

<sup>13</sup> É um espaço de lazer no Cumbe, com bar, espaço para dançar forró e um campo de futebol, de propriedade de João Paulo, um dos irmãos de Ronaldo e de Ana Paula, outra liderança quilombola local.

para a esquerda ou para a direita, a depender do vento e de outras condições climáticas, como me explicou Ronaldo, enquanto o outro vai estendendo a rede e a jangada se movimentava.

Os que empurram a jangada ao mar voltam à faixa de areia e a acompanham por terra até que, num certo ponto, a rede fique toda estendida, como se fosse um muro submerso. A jangada se aproxima aos poucos, e os homens que estavam na areia vão a seu encontro e começam a puxar a ponta que ficou na jangada em direção à faixa de areia. Os que ficaram segurando a outra ponta começam a puxar também o seu lado da rede, usando uma extensa corda para puxar a madeira que ainda está dentro do mar. É um exercício de muita paciência e força. Eu até ajudei a puxar a corda, mas eu tinha a sensação de que ela não tinha fim, pois puxávamos e puxávamos e puxávamos e puxávamos... Minhas mãos ficaram doloridas e avermelhadas, afinal eu não estava acostumado a um esforço daquele tipo, e o peso de puxar a rede era considerável, mesmo para mais de quatro homens de cada lado da rede.

Aquele processo todo foi feito duas vezes, mas na segunda vez eu realmente fiquei na barraca, descansando e comendo umas frutas, ao invés de ajudar. A pesca foi boa, relativamente. Pegaram peixes o suficiente para encher um caixote, daqueles de feira, de plástico e de tamanho médio. As arraias que vieram na rede foram devolvidas ao mar. Nos outros dias, participei de diversas atividades, tanto na associação quanto em outros espaços da comunidade: houve reuniões que versavam sobre a mobilização de coletivos cearenses; reuniões de cursos que foram oferecidos na comunidade e que estavam desenvolvendo outras ações, como coletar artesanato local para venda na capital; reunião da própria associação para discutir questões internas; organização do material que foi comprado e que é utilizado no restaurante comunitário, que funciona no espaço da associação; passeio pelas dunas; algumas idas a um barzinho; entrevistas com interlocutores/as; ida ao cemitério; observação de uma roda de capoeira com jovens e crianças da comunidade etc.

Por fim, a praia também representa para os/as quilombolas o lazer e o contato com o mar que dá vida ao mangue. Esse par praia/mar é importante tendo em vista que:

Com relação à pesca, na comunidade existe o tempo da pesca no rio e o tempo de pesca no mar. De acordo com a fala dos quilombolas, o mar e o rio juntos mantêm a atividade de pesca em uma harmonia perfeita com o território pois, em tempos com menos chuva, a pesca é realizada no rio e, em tempo de boa chuva, a pesca é realizada no mar. Dessa forma, nunca falta peixe no Cumbe (Castro 2021:167).

O vento, as chuvas e as marés são os elementos que mais influenciam a definição do tempo bom para pescar no rio e/ou no mar. No mar, o que mais influencia, como contou Ronaldo, é o vento. Quando o vento está brando, fraco, os/as pescadores/as vão à pesca. Em época de chuva, o vento fica fraco, fica brando, é o tempo durante o qual mais se pesca no mar. No rio, o que mais define as condições propícias à pesca ou à mariscagem são as marés. No verão, período sem chuva, como o vento fica muito forte, isso inviabiliza a pesca no mar, e os/as quilombolas vão pescar no rio.

Destarte, as particularidades climáticas, geográficas, hidrológicas e geológicas são sempre levadas em consideração no cálculo que os/as quilombolas fazem ao planejar ou executar suas atividades produtivas. A explicação (saber orgânico) dessa dinâmica territorial pode ser narrada

em outros termos, como nas palavras de um/a interlocutor/a identificado/a por Castro (2021) como Guaiamum:

Bem, na parte do inverno a gente pesca muito no mar, [...] aqui a cata do caranguejo diminui muito porque é a época que ele vai crescer e trocar a carapaça, e aí você vê pouco caranguejo no mangue, e se chover muito, o rio adoça, aí todo o peixe que é de água salgada volta para o mar e nisso nós vamos atrás deles. Todos nós vamos para o mar, no rio dificilmente a gente vai nessa época de inverno (*Guaiamum* 2019, apud Castro 2021:167).

O encontro das águas doce e salgada enseja um encontro entre várias espécies de peixes, mariscos e crustáceos que só é possível no ecossistema manguezal. Na experiência que tive em campo, pude observar essa dinâmica do cotidiano da pesca de perto. Quando fui em fevereiro de 2022 (período de inverno) ao Cumbe, foi quando presenciei a pesca de arrasto no mar, sendo que no mesmo mês os pescadores foram pescar lá novamente. Já em dezembro de 2022 (período do verão), não houve pesca no mar ou sequer referência a ela nas conversas informais.

### Considerações finais

Vê-se que a comunidade quilombola do Cumbe está incrustada num ecossistema rico e diverso, tanto em beleza quanto em opções de atividades produtivas. Essa organização das atividades produtivas baseada na ecologia e no clima nos lembra a descrição de Evans-Pritchard (1999) referente às relações ecológicas dos Nuer com seu território. Assim, o tempo natural é levado em consideração no modo de vida quilombola biointerativo. Na verdade, o tempo dos/as quilombolas é o tempo da natureza, e tudo o que se vive no cotidiano aponta para isso. A natureza é o padrão, ou melhor, a patroa dos/as pescadores/as e marisqueiros/as. Vimos que a relação dos/as quilombolas é uma relação biointerativa pautada numa série de conhecimentos e cuidados com o território. Essa relação enseja uma autonomia territorial aos/às quilombolas, sendo as atividades produtivas, que ocorrem em íntima interação com o ecossistema, um elemento fundamental para entendermos a organização social do Cumbe.

Apesar dos empreendimentos citados - parque eólico, CAGECE e carcinicultura - terem afetado a abundância do território, ele permanece rico, sendo cuidado constantemente pelos/as quilombolas. Seja nas dunas, no rio, na praia ou no mangue, os/as quilombolas lutam contra tudo que ameça a relação de biointeração com o território, pois, devido à sua degradação, a descontinuidade do modo de vida tradicional é uma ameaça constante desde a invasão dos empreendimentos. É nesse sentido que a continuidade da vida biointerativa e a descontinuidade dela se concretizam numa relação dialética cotidiana.

### Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Thiago Mota. 2019. "A arte de viver no Antropoceno: um olhar etnográfico sobre cogumelos e capitalismo na obra de Anna Tsing". *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte*, ano 6, n. 14.
- CASTRO, Ariel Rocha Nóbrega de. 2021. *A apropriação capitalista da natureza e os conflitos pela água no território do Cumbe (Aracati/CE): lutar e resistir por um bem comum*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

- CASTRO, Daniel E.; PEDREIRA, Shirley Mota; PELLEGRINI, Cláudio C.; LISBOA, Alexandre Heringer. 2010. “Análise das perdas de eficiência produtiva de sistemas de geração de energia eólica”. *III Congresso Brasileiro de Energia Solar* – Belém, 21 a 24 de setembro de 2010.
- DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. 1961. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*. Anais da Biblioteca Nacional. Volume 81.
- DESCONHECIDO. 1898. “Impressões de um passeio”. *Jornal O Jaguaribe*. Domingo, 10 de fevereiro de 1898.
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. 1999. *Os Nuer – uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. Coleção Estudos. São Paulo: Editora Perspectiva.
- MEAD, Margareth. 1971. *Macho e fêmea: um estudo dos sexos num mundo em transformação*. Tradução: Margarida Maria Moura. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- NASCIMENTO, João Luís Joventino do. 2014. *Processos educativos: a luta das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental*. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação (FACED), Fortaleza.
- RODRIGUES, Ozaias da Silva. 2024. “Possibilidade nos dias da destruição”: pandemia e a continuidade da vida entre remanescentes quilombolas do Cumbe – Aracati/CE. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- PEREIRA, Lucas Coelho. 2021. “Caranguejos, caranguejeiros e seus movimentos” (Ensaio fotográfico). *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 8 (16): 341-352.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. 2015. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: Universidade de Brasília.
- STENGERS, Isabelle. 2015. *No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima*. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify.
- VIEIRA, Suzane Alencar. 2015. *Resistência e Piçarra na Malhada: cosmopolíticas quilombolas no Alto Sertão de Caetité*. Tese de Doutorado em Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Enviado: 01 de julho de 2024

Aceito: 31 de julho de 2025

## BIOINTERAÇÃO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE, ARACATI/CE

### Resumo

Neste artigo disserto sobre questões como a biointeração quilombola, os impactos socioambientais na comunidade quilombola do Cumbe, Aracati/CE, e algumas experiências que tive durante pesquisa de campo. O modo de vida biointerativo é o pano de fundo da presente análise que empreendi a partir de pesquisa de campo, entre 2022 e 2023, e de bibliografia específica. Pretendo discutir a estreita relação que os/as quilombolas do Cumbe mantêm com o rio, o mangue, as dunas, a praia e o mar, não só no sentido de atividades produtivas, mas focando nos saberes orgânicos mobilizados nas práticas diárias, nas técnicas e nos afetos dos/as quilombolas. Isso é o que chamo de modo de vida biointerativo, com base em Santos (2015), dos/as quilombolas do Cumbe. A defesa desse modo de vida concretiza a continuidade da vida quilombola que se dá contra a invasão do território por empreendimentos.

### Palavras-chave

biointeração; território; Cumbe; quilombolas; impactos socioambientais.

## BIOINTERACTION AND SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF CUMBE, ARACATI/CE

### Abstract

In this article I talk about issues such as quilombola biointeraction, the socio-environmental impacts on the quilombola community of Cumbe, Aracati/CE and some experiences I had during field research. The biointeractive way of life is the background of the present analysis that I undertook based on field research, between 2022 and 2023, and specific bibliography. I intend to discuss the close relationship that the quilombolas of Cumbe maintain with the river, the mangrove, the dunes, the beach and the sea, not only in the sense of productive activities, but focusing on the organic knowledge mobilized in daily practices, techniques and the affections of quilombolas. This is what I call a biointeractive way of life, based on Santos (2015), of the quilombolas of Cumbe. The defense of this way of life ensures the continuity of quilombola life against the invasion of the territory by enterprises.

### Keywords

biointeraction; territory; Cumbe; quilombolas; socio environmental-impacts.